



PRESTAÇÃO CONTAS

Ano 2025

Índice

I.	Balanço Individual	3
II.	Demonstração de Resultados por Naturezas	4
III.	Demonstração de Fluxos de Caixa	5
IV.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
V.	Anexo às Demonstrações Financeiras	7
VI.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	18
VII.	Certificação Legal das Contas	20

I. Balanço Individual

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS (ANEXO)	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
<u>ATIVO</u>			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	6.1	17 499,19	26 248,78
Ativos Intangíveis	6.2	0,00	0,00
Ativos Financeiros - Outros	6.3	9 636,02	9 636,02
		27 135,21	35 884,80
ATIVO CORRENTE			
Outras Contas a Receber	8	7 803,68	8 090,41
Diferimentos	9	87 617,15	86 088,76
Outros Ativos Financeiros-DP	4	0,00	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	4	994 196,32	908 944,00
		1 089 617,15	1 003 123,17
TOTAL DO ATIVO		1 116 752,36	1 039 007,97
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</u>			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Capital Estatutário		500 000,00	500 000,00
Outros Instrum.de Capital- Doações	6.4	43 791,80	43 791,80
Resultados Transitados		10 970,65	9 169,74
		554 762,45	552 961,54
Resultado Líquido do Período		1 628,01	1 800,91
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		556 390,46	554 762,45
<u>PASSIVO</u>			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	6.5	6 326,63	11 069,47
		6 326,63	11 069,47
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores C/C		9 436,17	11 102,88
Estado e Outros Entes Públicos	7	25 039,16	26 114,34
Financiamentos Obtidos	6.5	4 678,00	4 451,06
Diferimentos	9	0,00	0,00
Outras Contas Pagar	8	514 881,94	431 507,77
TOTAL DO PASSIVO		560 361,90	484 245,52
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		1 116 752,36	1 039 007,97

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Susana Isabel Antunes Aragão
(Membro OCC 85866)

Fernando *Elas Viana*

II. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS (ANEXO)	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Receitas Atividades Estatutárias	10	1 932 164,20	1 901 419,45
Fornecimentos e Serviços Externos	11	-89 269,75	-103 836,98
Gastos Com o Pessoal	13.2	-415 191,49	-453 399,40
Outros Rendimentos e Ganhos	14	479,78	9 174,49
Outros Gastos e Perdas	15	-1 413 797,74	-1 337 529,74
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		14 385,00	15 827,82
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	6.1	-8 749,59	-8 749,59
Resultado Operacional Antes de Gastos de Financiamento e Impostos		5 635,41	7 078,23
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	16.2	0,00	3,49
Juros e Gastos Similares Suportados	16.1	-1 946,97	-2 213,91
Resultados Antes de Impostos		3 688,44	4 867,81
Imposto Sobre o rendimento do Período	17	2 060,43	3 066,90
Resultado Líquido do Período		1 628,01	1 800,91

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Isabel Antunes Aragão
(Membro OCC 85866)

[Assinatura] *[Assinatura]*



III. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade monetária: Euros

		NOTAS	PERÍODOS	
		ANEXO	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos Atividades Estatutárias			1 932 164,20	1 876 419,45
Pagamento Atividades Estatutárias			-1 323 409,45	-1 258 419,03
Pagamentos a fornecedores			-84 786,24	-113 795,37
Pagamentos ao pessoal			-247 683,48	-263 408,60
Caixa gerada pelas operações			276 285,03	240 796,45
Pagam./Recebm. Impostos-IRC, IRS, TSU			-184 843,45	-194 690,71
Outros recebimentos/pagamentos			273,61	-298,63
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			91 715,19	45 807,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			0,00	0,00
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros			0,00	124 260,88
Outros ativos				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			0,00	2 000,00
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos				
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares		16.2	0,00	3,49
Dividendos				
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			0,00	126 264,37
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Outras operações de financiamento				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		16.1	-4 515,90	-22 573,70
Juros e gastos similares			-1 946,97	-2 213,91
Dividendos				
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Outras operações de financiamento				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			-6 462,87	-24 787,61
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			85 252,32	147 283,87
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período			908 944,00	761 660,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4	994 196,32	908 944,00

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

(Membro OCC 85866)

IV. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Doações	Resultados Transilados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	500 000,00	43 791,80	6 838,82	2 330,92	552 961,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
RESULTADOS TRANSITADOS	2			2 330,92	-2 330,92	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3				1 800,91	1 800,91
OPERAÇÕES DE CAPITAL - FUNDADORES	4					
POSIÇÃO NO FM DO PERÍODO 2024	5=1+2+3+4	500 000,00	43 791,80	9 169,74	1 800,91	554 762,45
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	500 000,00	43 791,80	9 169,74	1 800,91	554 762,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
RESULTADOS TRANSITADOS	7			1 800,91	-1 800,91	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8				1 628,01	1 628,01
	9=7+8	0,00	0,00	1 800,91	-172,90	1 628,01
OPERAÇÕES DE CAPITAL - FUNDADORES	10					
POSIÇÃO NO FM DO PERÍODO 2025	11=6+9+10	500 000,00	43 791,80	10 970,65	1 628,01	556 390,46

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

S. Sora Isabel Antunes Aragão
(Membro OCC 85866)

[Assinatura]

[Assinatura]

V. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação GDA com sede na Av. Defensores de Chaves nº 46 A/B em Lisboa, Pessoa Coletiva 509 161 596, foi constituída no mês de Julho do ano Dois Mil e Oito, e tem como objeto social prosseguir atividades que promovam as Artes e a Cultura, nomeadamente, a representação, a dança a música e atividades destas conexas, bem como, o desenvolvimento de atividades sociais e de assistência aos artistas, interpretes ou executantes, desenvolver ações de formação destes, promover as suas prestações e os seus direitos.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 foram preparadas no quadro das disposições em vigor vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que aprovou o sistema da normalização contabilística - SNC, bem como na Portaria nº 106/2011, de 14 Março que aprovou o código de contas, aplicáveis às entidades do sector não lucrativo (NCRF - ESNL).

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e resultados da Fundação GDA.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do período anterior:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro do Ano 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

3. 1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração.

3. 2 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos Tangíveis e Intangíveis estão registados ao custo de aquisição. As respetivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar N.º 25/2009 de 14 de Setembro, tendo sido adotado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de tributação na sua totalidade.

Os ativos fixos Tangíveis doados pelo fundador GDA- Gestão dos Direitos dos Artistas, foram registados ao custo de aquisição, suportados pela referida entidade no momento da sua compra.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Designação	Anos
Edifícios e Outras Construções	8
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	1 - 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparações que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos bens dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos dos períodos em que são incorridos. Os dispêndios com manutenção e conservação destes ativos são registados como gastos dos períodos em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros Rendimentos e Ganhos" ou "Outros Gastos e Perdas".

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis.

Os descobertos bancários a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.3.2. Terceiros - Outros valores a receber

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

3.3.3 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo de acordo com o método do custo.

3.3.4 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo.

3.4 Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes são definidos como situações que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Fundação GDA não reconhece ativos nem passivos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios ou prejuízos económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então os ativos ou passivos deixam de ser considerados contingentes, sendo reconhecidos pelo seu valor estimado.

3.5 Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Receber e a Pagar" ou "Diferimentos".

3.6 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" é calculado com base nos resultados tributáveis da Fundação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

5
→
Pd

4. FLUXOS DE CAIXA

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Numerário_ Caixa	284,29	2 800,00	2 422,77	661,52
Depósitos à Ordem	908 659,71	2 604 038,35	2 519 163,26	993 534,80
	908 944,00	2 606 838,35	2 521 586,03	994 196,32

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

(a) Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(b) Não foram efetuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(c) Não foram identificados erros materiais que afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

6. ATIVO NÃO CORRENTE

6.1 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Equipamento de Transporte	34 998,37			0	34 998,37
Equipamento Administrativo	60 529,27	0	1 678,00	0	58 851,27
	95 527,64	0,00	1 678,00	0,00	93 849,64 (a)

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis				
Equipamento de Transporte	8 749,59	8 749,59		17 499,18
Equipamento Administrativo	60 529,27	0	1 678,00	58 851,27
	69 278,86	8 749,59	1 678,00	76 350,45 (b)

Valor Líquido (a-b) 17 499,19

5
B
Pd

6.2 Ativos Fixos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos intangíveis têm a seguinte composição:

Ativos	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo Final
Software - Programas de Computador	41.140,88	0,00	0,00	0,00	41.140,88
Software - Portal FGDA	50.872,80	0,00			50.872,80
	92.013,68	0,00	0,00	0,00	92.013,68 (a)

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço do Exercício	Regularizações	Saldo Final
Ativos Intangíveis				
Software - Programas de Computador	41.140,88	0,00	0,00	41.140,88
Software - Portal FGDA	50.872,80	0,00	0,00	50.872,80
	92.013,68	0,00	0,00	92.013,68 (b)
Valor Líquido (a-b)		0,00		

6.3 Ativos Financeiros-Outros

Valor acumulado em 31 de dezembro de 2025 de € 9 636,02, correspondente ao montante pago no âmbito do Fundo de Compensação de Trabalho, que foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

6.4 O montante de € 43 791,80 registado na Rubrica de Capital - Doações respeita a Equipamento Administrativo e software de gestão doado pela GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Interpretes e Executantes à Fundação GDA, contabilizado na rubrica Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

6.5 Bens em regime de Locação Financeira em 31-12-2025

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Equipamento Transporte	34 998,37	17 499,18	17 499,19

Pagamentos	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	4 678,00	252,56
Pagamentos a mais de 1 Ano	6 326,63	125,66
	11 004,63	378,22

5
R
Pul

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC Apuramento/A Pagar		1 232,43		2 250,01
IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares		13 212,61		13 712,12
IVA- Imposto S/valor Acrescentado		3 282,27		2 164,06
Contribuições P/Segurança Social		7 311,85		7 922,83
Outras Contribuições		0,00		65,32
	0,00	25 039,16	0,00	26 114,34

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER / PAGAR

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Remunerações a Liquidar		54 699,00		59 312,64
Apoios Concedidos/A Conceder		460 130,00		372 195,13
Outros Valores	7 803,68	52,94	8 090,41	
	7 803,68	514 881,94	8 090,41	431 507,77

9. DIFERIMENTOS

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seguro de Saúde - Ação Social	81 017,18		76 757,15	
Outros Gastos a reconhecer	6 599,97		9 331,61	
	87 617,15	0,00	86 088,76	0,00

10. RECEITAS ACTIVIDADES ESTATUTÁRIAS

	2025	2024
Proveitos ao abrigo Protocolo GDA-FGDA	1 657 164,20	1 525 419,45
Proveitos - Direitos Prescritos GDA	275 000,00	376 000,00
	1 932 164,20	1 901 419,45

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Detalhe das principais rubricas a Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	2025	2024
Trabalhos Especializados	24 736,55	31 123,71
Publicidade e Propaganda	430,43	200,00
Vigilância e Segurança	686,74	602,58
Honorários	8 640,00	8 245,63
Conservação e Reparação	1 668,08	1 834,82
Ferramentas e Utensílios	151,19	3 523,50
Material de Escritório/Utensílios	4 510,68	9 889,88
Combustíveis	768,36	1 124,04
Água	771,07	1 221,40
Deslocações e Estadas	6 387,20	9 971,21
das quais: referentes a Atividades Estatutárias	2 215,30	5 474,23
Rendas e Alugueres	4 116,80	4 444,53
Comunicação	16 869,47	13 882,95
Seguros	732,57	693,51
Despesas de Representação	9 988,18	5 568,53
das quais: referentes a Atividades Estatutárias	4 132,28	4 490,83
Outros Fornecimentos e Serviços	8 812,43	11 510,69
	89 269,75	103 836,98

12. VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício de 2025, a Fundação GDA teve ao seu serviço, em média 8 Colaboradores (10 em 2024).

13. GASTOS COM O PESSOAL

13.1 – Remuneração de Membros dos Órgãos Sociais

	2025	2024
Remunerações (a)	2 700,00	3 480,00
	2 700,00	3 480,00

(a) Remunerações variáveis de 2 membros do Conselho Fiscal

13.2 Gastos Totais com o Pessoal

Detalhe da rubrica Gastos com Pessoal:

	2025	2024
Remunerações	316 697,24	341 491,91
Encargos Sobre Remunerações	65 802,20	71 121,38
Outros Gastos C/Pessoal	32 692,05	40 786,11
	415 191,49	453 399,40

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	2025	2024
Alienação de Ativos	0,00	8 000,00
Correções Exercícios Anteriores	0,00	492,26
Outros Rendimentos e Ganhos	479,78	682,23
	479,78	9 174,49

15. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2025	2024
Impostos	3 322,74	11 155,94
Atividades Estatutárias (**)	1 409 964,50	1 325 338,77
Outros Gastos	510,50	1 035,03
	1 413 797,74	1 337 529,74

(**) Detalhe dos Gastos das Atividades Estatutárias:

	2025	2024
Atividades Ação Cultural	708 571,59	680 063,05
Atividades de Formação e Desenvolvimento	136 985,86	136 480,58
Atividades de Ação Social	564 407,05	508 795,14
	1 409 964,50	1 325 338,77

16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

16.1 Gastos e Perdas Financeiras:

	2025	2024
Juros Suportados - Leasing	446,40	600,44
Despesas C/Serviços Bancários	1 500,57	1 613,47
	1 946,97	2 213,91

16.2 Juros e Outros Rendimentos Financeiros:

	2025	2024
Juros Obtidos - Depósitos a Prazo	0,00	3,49

17. IMPOSTO S/RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento contabilizado no período no montante de Euros 2.060,43 respeita à Coleta apurada sobre o Resultado Tributável, e à Tributação Autónoma em sede de IRC e respetiva Derrama.

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2020 que possam ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras da Fundação GDA respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2025.

Lisboa, 20 de maio de 2026

O Contabilista Certificado

Isabel Antunes Azeite
(Membro OCC 85866)

O Conselho de Administração

[Assinaturas]

FUNDAÇÃO GDA

Exercício de 2025

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmº Senhor
PRESIDENTE da DIRECÇÃO da FGDA
FUNDADOR da FGDA,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso relatório e parecer, sobre o relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2025.

Durante o ano este Conselho, reuniu diversas vezes, quer presencialmente, quer via teams, tendo trocado impressões com os vários departamentos e o Conselho de Administração para um melhor conhecimento da evolução da actividade desenvolvida pela Fundação GDA.

O relatório do Conselho de Administração é esclarecedor, na descrição dos factos relevantes ocorridos na vida da Fundação, complementando as contas apresentadas.

Durante o ano de 2025 o total dos rendimentos auferidos foi de 1.932.164€ enquanto que no ano de 2024 havia sido de 1.901.419€, ou seja, houve um acréscimo de 30.745€, devido à evolução positiva das receitas das actividades estatutárias. Esta rubrica continua a representar praticamente a totalidade dos rendimentos (99,5%).

No ano em apreciação, o apoio aos artistas, em especial, com a acção cultural que continuou a representar a fatia mais importante dos gastos da FGDA, ou seja, 708.572€, em 1.413.798 € da rubrica de outros gastos e perdas.

Os outros gastos e perdas, tiveram um aumento de 76.268€, ao passo que os fornecimentos e serviços externos diminuíram 14.567€, em relação ao ano de 2024. Os gastos com o pessoal, ao diminuírem 38.208 € tiveram um comportamento idêntico ao das outras rubricas dos gastos da estrutura.

O resultado apurado no exercício de 2025 foi positivo em 1.628 €, aproximadamente menos 10 % que o obtido em 2024, enquanto os rendimentos obtidos praticamente se mantiveram (aumentaram em 1%).

Os membros deste Conselho não podem deixar de louvar a Administração pelo facto de ter feito uma gestão racional dos gastos, em especial dos gastos havidos com o pessoal.

Este Conselho manifesta o seu agradecimento pelo apoio recebido de todos membros do Conselho de Administração, bem como de todos os serviços, o qual se mostrou da maior valia para o desempenho das suas funções.

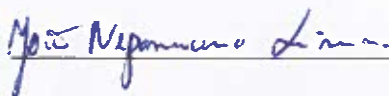
Assim, somos de parecer que aprovem:

- O relatório do Conselho de Administração e as Contas, relativos ao exercício de 2025.
- A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de administração no seu relatório.

Lisboa, 25 de maio de 2026

O CONSELHO FISCAL,

Presidente:



João Nepomuceno Baltazar de Lima

Vogal



António Bernardo R.O.C. n.º 501

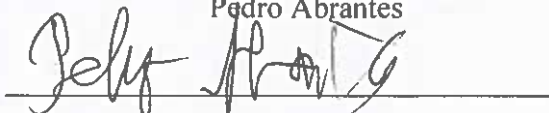
sócio de

AB – ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Vogal:

Pedro Abrantes





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

WWW.ABSROC.PT

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**FUNDAÇÃO GDA**”, que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2025** (que evidencia um total de **1.116.752** euros e um total de fundos patrimoniais de **556.390** euros, incluindo um resultado líquido de **1.628** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras de **31 de dezembro de 2025** que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUNDAÇÃO GDA em 31 de dezembro de 2025** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais e aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

WWW.ABSROC.PT

Lisboa, 20 de maio de 2026



Dr. António Bernardo

Nº de Registo na OROC nº. 501 e

Nº de registo na CMVM nº 20160178

Sócio de

AB- ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Com o Nº de Registo na OROC nº 2 e

Nº de Registo na CMVM nº 20161372



A.B. - ANTÓNIO BERNARDO & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
NIPC: 501 267 190 | CAPITAL SOCIAL: 7.500€ | REG. CRC LISBOA

RUA TOMÁS RIBEIRO, 41 - 3º
1050-225 LISBOA
PORTUGAL

TEL: 213 571 635 - 213 526 439
FAX: 213 150 349
E-MAIL: geral@absroc.pt